



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

PROMOÇÃO POR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES (Decreto nº 306/2016)

TÉCNICO DE GESTÃO PÚBLICA FUNÇÃO PLEITEADA: TGPC01 – Assistência em Projetos e Serviços de Planejamento e Gestão

INSTRUÇÕES AO SERVIDOR (TESTE OBJETIVO)

- 1º Assim que receber o gabarito (com cuidado para não o rasgar) confira seus dados impressos e assine no local apropriado. Havendo dúvidas, solicite orientação ao fiscal de sala.
- 2º Verifique se o caderno de testes que você recebeu está de acordo com a função a que pretende concorrer.
- 3º Responda todas as questões primeiramente no caderno de testes (existe apenas uma alternativa correta) e, depois, com calma, transcreva ao gabarito (reserve dez minutos para isso). Não haverá substituição de gabarito e as questões que apresentarem rasuras, não estiverem assinaladas ou com mais de uma alternativa assinalada serão consideradas nulas.
- 4º O tempo mínimo de permanência do servidor em sala será de 30 minutos e a duração do teste objetivo não excederá a 03 horas.
- 5º Ao terminar de responder as questões no gabarito: permaneça sentado; chame o fiscal de sala e aguarde, ele vai conferir seus dados e sua assinatura e, estando tudo correto, ele recolherá seu gabarito e autorizará sua saída do recinto, sem o caderno de prova.
- 6º Após a saída da sala, não será permitida sua permanência nos corredores ou pátio ou o acesso a outras salas ou aos banheiros.

Solicitamos sua compreensão e colaboração.

BOA PROVA!!!

Servidor:	
Matrícula	Função Pleiteada:

1-	2-	3-	4-	5-	6-	7-
8-	9-	10-	11-	12-	13-	14-
15-	16-	17-	18-	19-	20-	21-
22-	23-	24-	25-			

1) A retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei, reajustado periodicamente de modo a preservar o seu valor aquisitivo denomina-se:

- a) adicional.
- b) parcelas indenizatórias.
- c) gratificação.
- d) remuneração.
- e) vencimento.

2) Reabilitação funcional é o conjunto de medidas que visa ao aproveitamento do potencial laborativo residual do servidor efetivo portador de restrições de saúde (física, mental e sensorial), em atividades laborativas compatíveis com as mesmas, e se dará por:

- a) licença para tratamento da própria saúde.
- b) readaptação ou readaptação funcional.
- c) oferta de cursos de capacitação e aperfeiçoamento.
- d) realização de sessões de fisioterapia e psicoterapia.
- e) avaliação da vida funcional do servidor acompanhada de testes compatíveis com a função.

3) A insubordinação grave em serviço é passível de:

- a) pena de advertência.
- b) pena de repreensão.
- c) pena de demissão.
- d) suspensão da remuneração, por até 15 dias.
- e) suspensão da remuneração, por até 30 dias.

4) Assinale a alternativa incorreta referente ao art. 57, da Lei Orgânica do Município de Londrina.

- a) A administração pública direta e indireta dos Poderes do Município obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) Somente por Lei Complementar poderá ser criada Autarquia e autorizada a instituição de Empresa Pública, de Sociedade de Economia Mista e de Fundação, cabendo à

Lei Complementar Federal, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

- c) Dependerão de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
- d) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.
- e) O prazo de validade do concurso público será de até 2 (dois) anos, prorrogável, uma vez, por igual período.

5) Assinale a alternativa correta conforme art. 59 da Lei Orgânica do Município.

- a) Nos cargos em comissão é autorizada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
- b) Nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
- c) Nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o segundo, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.
- d) Nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e autorizado para os Vereadores.
- e) Nos cargos em comissão é vedada a nomeação do cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, dos Secretários Municipais e dos Vereadores.

6) Art. 66. Lei Orgânica do Município. São direitos do servidor público municipal. Assinale a resposta incorreta.

- a) Vencimentos não inferiores ao salário-mínimo.
- b) Garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- c) Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- d) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno e salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da Lei Federal.
- e) Remuneração do serviço extraordinário superior, no máximo, em 50% (cinquenta por cento) à do normal.

7) Assinale a resposta correta conforme o artigo 37 da Constituição Federal.

- a) A Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, improrrogável uma vez, por igual período.
- c) É proibido ao servidor público militar o direito à livre associação sindical.
- d) O direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em Lei Complementar.
- e) A Lei não reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

8) De acordo com a Constituição Federal, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, exceto:

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

- c) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores não serão determinados como se no exercício estivesse.
- d) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior.
- e) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

9) Assinale a resposta correta em relação o art. 40 § 1º da CF. Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17.

- a) Por invalidez permanente, sendo os proventos integrais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei.
- b) Compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) Voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições.
- d) Cinquenta e três anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e quarenta e oito anos de idade e trinta de contribuição, se mulher.
- e) Sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos integrais ao tempo de contribuição.

10) De acordo com o estabelecido no artigo 165 da Constituição Federal analise as

afirmações abaixo e assinale a alternativa correta:

I. O Plano Plurianual é uma Lei de Iniciativa do Poder Legislativo que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

III. A Lei Orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

- a) todas as afirmações estão corretas.
- b) apenas as afirmações I e II estão corretas.
- c) apenas as afirmações I e III estão corretas.
- d) apenas as afirmações II e III estão corretas.
- e) todas as afirmações estão incorretas.

11) Assinale a alternativa correta quanto a estrutura da Lei Orçamentária Anual, estabelecida no artigo 165, § 5º da Constituição Federal:

- a) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de metas e prioridades e o orçamento de investimentos.
- b) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de metas e prioridades e o orçamento criança.
- c) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimentos e o orçamento da seguridade social.
- d) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento Fiscal, o orçamento das

diretrizes orçamentárias e o orçamento dos Créditos Suplementares.

- e) a Lei Orçamentária Anual compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento criança; e o orçamento das ações estabelecidas no PPA.

12) Assinale (V) para as afirmativas VERDADEIRAS e (F) para as FALSAS, marcando, a seguir, a sequência correspondente:

() O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

() O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

() Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

() Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

- a) V, V, F, F.
- b) V, V, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) F, F, V, V.
- e) F, V, V, V.

13) Em conformidade com o artigo 20, da Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual máximo de receitas correntes líquidas que podem ser aplicados como gastos com pessoal na esfera municipal, no executivo e para o legislativo, devem ser respectivamente:

- a) 60% e 40%.
- b) 51,3% e 2,7%.
- c) 54% e 6%.
- d) 50% e 50%.
- e) 54% e 46%.

14) A Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 29, define Operação de Crédito, como:

- a) compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros.
- b) montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- c) compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada.
- d) emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.
- e) nenhuma das respostas anteriores.

15) Em relação à Lei Complementar 101/2000 é correto afirmar que:

- a) o Distrito Federal, por não ser estado, não é obrigado a cumprir suas disposições.
- b) as Autarquias, Fundações e Empresas Estatais dependentes estão desobrigadas de cumprir suas disposições.
- c) Apenas os municípios com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes devem cumprir suas disposições.
- d) Os estados com menos de 10.000.000 (dez milhões) de habitantes estão desobrigados de cumprir suas disposições.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

16) São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, em conformidade com o artigo 48 da Lei Complementar n.º 101/2000, exceto:

- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei Orçamentária.
- c) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- d) Declaração de Imposto de Renda Pessoa Física.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

17) Em conformidade com o artigo 17 da Lei Complementar n.º 101/2000, considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de Lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a:

- a) 01 (um) exercício.
- b) 02 (dois) exercícios.
- c) 03 (três) meses.
- d) 06 (seis) meses.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

18) Sobre a classificação, julgamento das propostas e adjudicação do objeto, é correto afirmar:

- a) no pregão, a classificação das propostas é atribuição do pregoeiro, mas a declaração do vencedor e adjudicação do objeto cabem à autoridade competente.
- b) do julgamento das propostas pela comissão de licitação não cabe recurso.
- c) no pregão, a adjudicação do objeto é feita pelo pregoeiro, ressalvados os casos de recursos, nos quais a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.
- d) no pregão, a adjudicação do objeto nunca será feita pela autoridade competente.
- e) a comissão de licitação, nos procedimentos da Lei 8.666 deve adjudicar o objeto da licitação após a abertura dos envelopes contendo as propostas de preços.

19) Sobre o leilão, é correto afirmar:

- a) não é uma modalidade de licitação haja vista que o critério de julgamento não é o MENOR PREÇO.
- b) todo bem a ser leilado será previamente avaliado pela Administração para fixação do preço mínimo.
- c) não pode ser realizado por leiloeiro civil, somente por servidor designado pela Administração.
- d) o pagamento dos bens arrematados deve ser sempre à vista, no valor integral, no momento da arrematação, não podendo o edital dispor de forma diferente.
- e) não haverá necessidade de avaliação prévia, desde que o bem seja inservível.

20) É correto afirmar:

- a) em caso de atraso na execução do objeto, a Administração deverá aplicar multa no percentual previsto na Lei 8.666/93.
- b) a multa aplicada não poderá ser descontada da garantia do respectivo contratado.
- c) a multa aplicada não impede a rescisão unilateral do contrato pela Administração e a aplicação de outras sanções previstas na Lei 8.666/93.
- d) a aplicação de multa não depende de prévio processo administrativo.
- e) a penalidade de suspensão de participação em licitação não pode ser cumulada com a aplicação da pena de multa.

21) De acordo com a Lei nº 8.666/93:

- a) o prazo de duração dos convênios não poderá exceder a 05 (cinco) anos.
- b) não se pode incluir no objeto do convênio obra ou serviço de engenharia.
- c) assinado o convênio, a entidade ou órgão repassador dará ciência do mesmo à Assembleia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva.
- d) não há previsão de prazo para a devolução dos saldos financeiros remanescentes à entidade ou órgão repassador dos recursos no caso de conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste.
- e) a aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente é dispensada em

determinados casos previstos na Lei 8.666/93.

22) É incorreto afirmar que:

- a) conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, nas licitações públicas, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato; portanto, por ocasião da participação em certames licitatórios, não há obrigatoriedade de apresentarem toda a documentação exigida para a comprovação da regularidade fiscal.
- b) para os fins da Lei Complementar nº 123/2006, entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada, sendo que na modalidade de pregão, o intervalo percentual será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- c) ocorrendo o empate, e no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos na Lei Complementar nº 123/2006, será realizado sorteio para se definir aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- d) no caso do pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- e) a não-regularização da documentação referente à regularidade fiscal da microempresa e empresa de pequeno porte nos prazos estabelecidos implicará na decadência do direito à contratação.

23) As possibilidades de carreira, de acordo com o respectivo cargo, estão classificadas em carreira por conhecimento, carreira por competências e habilidades e carreira por merecimento.

Para responder à questão, relacione o tipo de carreira: I, II e III, com a definição correta de cada uma delas:

I. carreira por conhecimento

II. carreira por competências e habilidades

III. carreira por merecimento

A. é o conjunto de referências na tabela de vencimentos, que visa incentivar o aperfeiçoamento profissional;

B. é o conjunto de níveis na tabela de vencimentos que visa incentivar a melhoria do desempenho e dos resultados individuais e coletivos.

C. é o conjunto de classes de um mesmo cargo, com a função de valorizar as competências e habilidades individuais;

A sequência que relaciona corretamente os tipos de promoções, é:

- a) I-A; II-B; III-C.
- b) I-A; II-C; III-B.
- c) I-B; II-A; III-C.
- d) I-B; II-C; III-A.
- e) I-C; II; B; III-A.

- 24) Segundo a Lei Municipal 9.337/2004, as promoções ocorrerão periodicamente entre os ocupantes de cargos efetivos que tiverem cumprido os requisitos e condições especificados para a carreira, ficando a participação no processo de promoção condicionada ao preenchimento de requisitos básicos.**

Selecione a alternativa que não representa um requisito básico:

- a) ter cumprido o estágio probatório.
- b) estar, há no mínimo um ano, em pleno exercício das funções respectivas do cargo.
- c) possuir o nível de escolaridade básico exigido para o cargo.
- d) não ter apresentado mais que duas faltas injustificadas ao serviço nos últimos três anos.
- e) não ter sido suspenso disciplinarmente, nos últimos dez anos.

- 25) Segundo a Lei 9.337/2004, sobre os cargos transitórios, é correto afirmar que:**

- a) os servidores ocupantes destes cargos não compõem o quadro de servidores efetivos do Município.
- b) as atribuições dos cargos transitórios estão relacionadas na Lei 4.928/1992, o Estatuto dos Servidores.
- c) é vedada a realização de concurso público para provimento de cargos transitórios.
- d) as descrições de funções dos cargos transitórios, devem passar por revisão constante da Comissão de Revisão Permanente do PCCS.
- e) a administração poderá contratar servidores para provimento de cargos transitórios, por concurso público, se julgar necessária a contratação.